

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003

Acrescenta os arts. 79-A e 257-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autor: Deputado Rogério Silva

Relator: Deputado Zico Bronzeado

I – COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

O projeto de Lei nº 2.449, de 2003, acrescenta dois artigos à Lei nº 8.069, de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente. O primeiro acréscimo estabelece a obrigatoriedade de constar, nas embalagens de videogames que contenham violência, tarja vermelha com a advertência: “Atenção – jogo com violência”; o segundo acréscimo prevê penas aos infratores, constantes de apreensão dos jogos em situação irregular e multa, estabelecendo ainda que, na reincidência, a autoridade judicial poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até trinta dias.

Quando da apresentação em sua versão original, na então Comissão de Economia, Indústria e Comércio, o Projeto de Lei em tela previa sua entrada em vigor na data da sua publicação. Parecer analisado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em 02 de junho último previa a ampliação do prazo de entrada em vigor da Lei, caso aprovada pelo Legislativo e sancionada por Sua Excelência o Presidente da República, que passaria a ser de 90 (noventa) dias após a sua publicação. O objetivo da alteração era ampliar o prazo que industriais e comerciantes teriam para adaptar as embalagens dos videogames disponíveis no mercado quando da publicação da Lei, de forma a

evitar desnecessários custos de substituição das embalagens produzidas antes da transformação da proposição em norma jurídica.

No debate ocorrido no seio desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, enquanto as demais alterações ao Projeto de Lei em análise sugeridas no substitutivo foram acatadas – até porque eram essencialmente mudanças de forma, ou para dar-lhe maior clareza, e não de conteúdo -, foi também considerado que melhor seria se a entrada em vigor da lei se desse após 180 (cento e oitenta dias) da sua publicação. A ampliação do prazo praticamente garantiria que a adaptação da indústria e do comércio à nova lei se daria sem custos, uma vez que o novo período seria suficiente para que se comercializasse a totalidade do estoque existente antes da sua entrada em vigor.

Desta forma, acatando as ponderações do Plenário,
**VOTAMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003, NA
FORMA DO SUBSTITUTIVO ANEXO.**

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Zico Bronzeado
Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.449, DE 2003

Acrescenta os art. 79-A e 257-A à Lei 8.069, de 1 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, os seguintes artigos:

“Art. 79-A . Os videojogos comercializados no País deverão conter em sua embalagem informações claras e sucintas sobre:

I – a sua natureza, conforme a classificação a que diz respeito o art. 74 da Lei 8.069, de 1990;

II - a faixa etária a que se destinam;

III - frases de advertência a respeito das possíveis conseqüências de sua prática por longos períodos ininterruptos;

IV – nos jogos que apresentem cenas e situações de violência, tarja vermelha ocupando não menos que 20% da sua superfície total, com a inscrição: “Atenção – jogo com violência”.

§ único - As informações mencionadas na *caput* deste artigo deverão estar em língua portuguesa, com caracteres de tamanho e formato

que as tornem ostensivas e de fácil visualização, em tipos não inferiores a um quinto do tipo de letra de maior tamanho e da mesma cor do nome do título.

Art. 257 – A .Produzir ou comercializar videojogos em desobediência ao disposto no art. 79 – A desta lei:

Pena – apreensão dos jogos em situação irregular e multa de vinte a cem salários de referência; na reincidência, a autoridade judicial poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 30 (trinta) dias.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado ZICO BRONZEADO

Relator